

TOLERÂNCIAS E INTOLERÂNCIAS RELIGIOSAS NO COTIDIANO FAMILIAR

Maria Lucia Bastos Alves*

RESUMO: O artigo tem como objetivo apresentar as diversidades religiosas vividas no cotidiano familiar, enfocando a confluência dos diferentes interesses, conflitos e valores nutridos pela crescente ideologia individualista em confronto com o modelo tradicional homogêneo e coletivo. Utilizando a metodologia qualitativa através das técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas, o trabalho evidencia a complexa rede de relações afetivas presente em famílias pluriconfessionais pertencentes à classe média, nas quais a cumplicidade, tolerâncias e intolerâncias, conflitos e diálogos assumem diferentes conotações dentro de um contexto de abertura ou de fechamento das relações familiares. Conclui-se que “velhas” e “novas” formas de religiosidade jogam com diferentes interesses marcando rupturas e continuidades entre passado, presente e futuro que se entrecruzam.

PALAVRAS CHAVE: Família. Religião. Tolerância. Intolerância.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present the religious diversity experienced in everyday life of the families focusing on the combination of different interests, conflicts and values provided by the increasing individualistic ideology which confronts with the homogeneous and collective traditional standard. Using qualitative methodology through techniques of participatory observation and semi-structured interviews, the work evidences the complex system of friendly relationships which is present in pluri-confessional, middle class families, in which ones the involvement, tolerance and intolerance, conflicts and dialogues have different connotations in accordance with an open or close family context. It follows that “old” and “new” ways of religiosity deal with different interests causing ruptures and continuity among past, present and future as they cross mutually.

KEY-WORDS: Family. Religion. Tolerance. Intolerance.

Introdução

Vinculadas à dinâmica do social, as práticas religiosas atuais inserem-se em um contexto de secularização e individualização efetuadas por livre escolha e recusa da religião. Tais escolhas que se multiplicam, enquanto “fraturam os dispositivos do seu enquadramento institucional” (HERVIEU-LÉGER, 1986), levam-nos a pensar o conceito weberiano de “afinidade eletiva”¹ e sua relação com o processo de pluralização, secularização e “desencantamento do mundo”. Este, ao mesmo tempo em que possibilitou a conquista e autonomia das esferas sociais, fez emergir um sujeito autônomo e criador de valores, em contraposição a um sujeito fundado na conformidade com o mundo. Como adverte Pierucci

* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP; Professora adjunta do Dept. de Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

¹ Referindo-se ao conceito de “afinidade eletiva” proposto por Weber, Michel Lowy considera como “um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta ou à ‘influência’ no sentido tradicional. Trata-se, a partir de uma certa analogia estrutural, de um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação capaz de chegar até a fusão” (1983, p.13).

(1997): “O pluralismo religioso não é apenas resultado, mas fator de secularização crescente.” Isto é, há uma relação dialética entre esses dois fenômenos.

Corroborando com a idéia de que as mudanças ocorridas no campo religioso e familiar implicam o reordenamento da vivência religiosa, acreditamos que as escolhas religiosas convivem com normas de comportamentos gerados na vida familiar, na qual os valores tradicionais e modernos se entrecruzam permitindo novas configurações. Como afirma Giddens (1991), vivemos em um mundo “pós-tradicional” onde as tradições, crenças e costumes se misturam entre si, constituindo-se “como recursos adaptáveis, flexíveis, plásticos” num mundo globalizado e cosmopolita de culturas e estilos de vida entrecruzados. Entretanto, essa transformação não implica a morte da tradição, pelo contrário, permite situá-la e contextualizá-la como fonte alternativa de conhecimento, valor e moralidade.

Afetadas pelo consumo de bens simbólicos provenientes do pluralismo religioso, cada vez mais competitivo e atraente, as famílias contemporâneas convivem com novos tipos de comportamentos religiosos presentes em um processo constante de afiliação e *desafiliação*; ponto de apoio e linha de ruptura; objeto de proteção e lugar de reclusão, lugar de afirmação ou negação de identidades. Tais situações colocam a família em uma posição de:

Aparar as asperezas de uma convivência ambígua, manifesta no descompasso entre aquilo que resiste à inovação e o excesso de inovações ao qual ainda não correspondeu a sua realização plena e concreta (RIBEIRO; RIBEIRO, 1987, p.142).

Numa breve retrospectiva, podemos dizer que até as décadas de 1960-70 as famílias brasileiras - geralmente católicas - introduziam os filhos nos rituais religiosos (batismo, crisma, primeira eucaristia, matrimônio). O período de 1980 a 2000 caracteriza-se por fortes mudanças no campo religioso tais como: redução do número de católicos; aumento do número de evangélicos, principalmente dos pentecostais e neopentecostais; crescimento de pessoas sem religião; aumento das religiões afro-brasileiras – umbanda, candomblé -; proliferação de novos grupos religiosos e outras formas de religiosidade extrainstitucional a exemplo do *Nouvel Âge*, assinalando transformações no eixo institucional em favor de uma espiritualidade pessoal com novos estilos de vida. Diante dessa realidade, constata-se mudanças comportamentais no interior da família. Os filhos não rigorosamente formados por uma tradição passam a questionar as “velhas” práticas religiosas como arcaicas e repressivas, cabendo-lhes a decisão de ingressar ou não em algum tipo de religião. A possibilidade de

escolha e autonomia abre espaço para o conflito entre os diferentes tipos de valores: tradicionais/modernos, religiosos/não-religiosos.

A experiência entre religião de origem e a que surge como nova põe a família entre dois princípios de orientação opostos: de um lado, o modelo de religiosidade “tradicional”, ainda vivo, preserva uma imagem socialmente aceitável e possibilita algum tipo de poder. Por outro, visualiza-se uma linha de ruptura que coloca a família em uma situação de “crise”. O “outro”, o “diferente” está dentro da nossa casa, presente no cotidiano das relações intrafamiliares, perceptível nas mudanças de comportamentos, tornando-o motivo de suspeitas, preocupações e até mesmo de repugnância. O problema estaria, então, em como compatibilizar as individualidades e reciprocidades familiares em meio a condutas comportamentais tão diferenciadas. Nesse âmbito, o caráter relacional familiar passa a ser condicionado por trajetórias individuais que redefinem as relações de autoridade e interferem nos vínculos de afetividade e de solidariedade. Estes, mais que um valor transmitido durante sucessivas gerações, representam um dever imposto a todos.

Relações familiares e práticas religiosas

Analisar as relações familiares remete-nos à necessidade de se pensar o lugar do indivíduo na sociedade moderna, onde os ideais de liberdade e igualdade marcaram as transformações ocorridas na família, redefinindo não só as relações de classe, mas também as relações de gêneros, configurados na tradicional dicotomia entre papéis públicos e privados. O espaço público como esfera de sociabilidade é oposto ao domínio privado da família², lugar onde as pessoas deveriam ser naturais e transparentes. A valorização da “noção de intimidade” e a preocupação com a “preservação do eu” surgem como algo precioso que a vida competitiva das grandes cidades ameaça desintegrar (SENNETT, 1988). Nesse contexto, a família nuclear passa a ser idealizada como refúgio do homem contra o domínio público, transformando-se em lugar de transparência das relações sociais, adquirindo a dimensão do padrão moral a partir do qual o mundo exterior será julgado. Essa visão intimista produz pessoas interessadas em suas próprias vidas e emoções, dando ênfase às “questões interiores”, onde o que importa é o que se sente.³

² A separação entre esferas pública e privada tem origens no pensamento grego, em que “a capacidade humana de organização política não apenas difere, mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é construído pela casa (*oikia*) e pela família.” (Arendt, 1975, p.33).

³ O desenvolvimento histórico desta nova concepção social da família foi analisado com diversos enfoques. Phillipp Ariés (1981) demonstra a *construção* da criança e da *infância* modernas no seio desta nova familiaridade. Norbert Elias (1993) analisa o contraste entre a *casa* nobre e a *família* burguesa no contexto da

Nessa trilha, Simmel (1971, p.272) chama atenção para a passagem de uma concepção burguesa de individualidade – delineada durante o século XVIII, em que os indivíduos libertos do despotismo, dos direitos da nobreza e da dominação da Igreja mostram-se iguais e livres – para outra concepção de individualidade marcada pela singularidade individual do século XIX. Denominada de “individualismo qualitativo”, essa passagem contrapõe a primeira - “individualismo quantitativo” – que, representado pelo indivíduo abstrato e universal, é indiferente às particularidades que singularizam cada um. Ou seja, “enquanto no primeiro a ênfase de valor é no que os homens têm em comum, no segundo é naquilo que os separa.” Esses dois tipos de individualidades geraram conflitos no cenário urbano, conferidos pela nova divisão do trabalho, na qual cada pessoa assume ou deveria assumir uma posição que ela e ninguém mais pode preencher. Uma posição que deve ser procurada até ser encontrada.

Discutindo a democratização da família contemporânea, Ulrich Beck (1997) evidencia como o conceito de liberdade se estende aos espaços domésticos. Trata-se de uma extensão que, em princípio, fora meramente uma proposta de liberdade política no âmbito da intimidade, um exercício da liberdade como opção pessoal e como direito da auto-realização, impulsionado pelos novos movimentos sociais dos anos 1970/80, quando a liberdade já não deveria ser somente um ideal, mas uma realidade praticada por todos. Com isso, Beck acentua o poder de cada um de decidir a respeito da sua própria vida a partir de novas alternativas, consequentemente, portadoras de novas responsabilidades.

Entretanto, ainda vivemos sob a égide das intolerâncias nas diversas esferas do social, seja sexual, política ou religiosa. Esta última, fundamentada em seus discursos institucionais, reivindicam verdades absolutas e conspiram contra a democratização da vida privada, fazendo com que o projeto de vida própria torne-se restrito e com uma exígua margem de liberdade de opção.

Em se tratando das famílias brasileiras, diversas são as pesquisas que abordam a passagem do modelo tradicional de família hierárquica e assimétrica para um modelo familiar com relações mais igualitárias, principalmente no que diz respeito aos papéis femininos e masculinos (BRUCHINI, 1986, 1990; SALÉM, 1980; GOLDANI, 1993; HEILBORN, 1993). Reflexões que enfocam a temática da “religião e família”, particularmente no universo

“sociedade de corte” francesa. Foucault (1988) e Donzelot (1977) desvendam os mecanismos de justificação e implantação médicas do novo conjunto de instituições que se deverão ocupar da promoção dos sujeitos individualizados

pentecostal, demonstram como o espaço familiar vem sofrendo alterações substanciais a partir do processo de conversão e adesão religiosa.

Priorizando as relações de gênero, no contexto das igrejas pentecostais, tais pesquisas oferecem contribuições não apenas por considerar as variedades das instituições religiosas e familiares em sua historicidade, mas por colocarem questões pertinentes às experiências pessoais, estratégias e comportamentos individuais que influenciam as estruturas das relações sociais. Tarducci (1988) enfatiza o vínculo mulher-igreja, chamando atenção para as estratégias pentecostais no processo de evangelização das mulheres e para a capacidade desse vínculo de produzir uma moderação dos efeitos perversos do patriarcalismo. Por sua vez, os trabalhos de Mariz e Machado (1994) mostram a mão dupla percorrida pelas mulheres pentecostais. Por um lado, ganham autonomia em relação aos seus maridos e à sua família, porém se veem responsáveis tanto pela salvação espiritual, quanto pela prosperidade da mesma.

Não obstante as divergências entre os trabalhos que acentuam a assimetria entre homens e mulheres no universo religioso (AUBRÉ, 1998; BURDICK, 1993), as atuais pesquisas têm possibilitado discutir a categoria de gênero como uma dimensão relacional e interativa dentro da dinâmica familiar, recusando a utilização das dicotomias “tradicional/moderno” e “público/privado”. Couto (2001, p.28) aborda as transformações ocorridas na vida cotidiana das famílias de baixa renda a partir da “interface entre o moderno e o tradicional, em que as aspirações de mudanças e novas expectativas de vida permeiam o universo prático e simbólico dos sujeitos”.

Com efeito, a superação dessa dicotomia e/ou o esvaziamento da noção de tradição, como modelo explicativo para as novas vivências religiosas e familiares, não impedem que possamos reconhecer o caráter “renovado” e reinterpretado dessas práticas. Rituais que assinalam compromissos com determinados sistemas de crenças, conversões religiosas, condutas e valores morais ajudam-nos a compreender a permeabilidade e durabilidade dos elementos tradicionais presentes em um *habitus*⁴ religioso e familiar perceptível em diferentes manifestações. Para tanto, urge a necessidade de considerar as tolerâncias e intolerâncias religiosas no seio da família a partir da flexibilização e/ou acomodação das relações de afetividade, concretizadas no incessante processo de negociações e acordos estabelecidos entre seus membros.

⁴ Segundo Bourdieu e Wacquant (1992), “o *habitus* é um conjunto de relações históricas ‘depositadas’ nos corpos dos indivíduos na forma de esquemas mentais e corporais de percepção, apreciação e ação”.

Não por acaso, François Singly (1993, p.153) enfatiza a face positiva do individualismo como a chave para se entender a família contemporânea. Para o autor, no mundo atual, em que o ponto de referência é o próprio sujeito, a família conserva o seu papel de ajudar cada um a se construir como pessoa autônoma. Entretanto, é no processo de dependência e independência entre adultos e crianças que se geram as contradições inerentes à esfera familiar. Assim, o individualismo contemporâneo, constituído por uma experiência dual e ambígua, oscila entre a luta de todos contra todos e a proclamação dos ideais de fraternidade geradas no seio familiar. Paradoxalmente, a família torna-se frágil e forte, na medida em que se constrói a partir da tensão entre os dois pólos: o relacional e o individual (SINGLY, 1993). Seja através de estratégias elaboradas no próprio ambiente familiar ou nos grupos sociais onde os sujeitos estão inseridos, as escolhas religiosas surgem como um processo que demarca as diferenças e assegura a unidade na diversidade, uma vez que:

[...] é o cotidiano de coexistência dos fiéis, com o entrecruzar das trajetórias de cada um dos membros da casa, que permite não só a convivência, mas a complementaridade das funções sagradas e de proteção mágica, cada um juntando com os outros as forças sobrenaturais de que dispõe, apesar de trânsitos, “conversões”, “abandonos” e passagens ao (teoricamente) inimigo (SANCHIS, 1997, p.31).

Isto posto, analiso as tolerâncias e intolerâncias religiosas no cotidiano familiar a partir das falas dos entrevistados vividas em situações específicas, tecidas nas relações vitais do dia-a-dia. Nas palavras de Heller (1992, p.17), os homens em sua totalidade estão mergulhados na vida cotidiana. É nela que entram em funcionamento “todos os seus sentidos, todas suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.” Nessa perspectiva, o cotidiano que nos é dado a cada dia pressiona e oprime-nos, pois existe uma opressão do presente, visto que “todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga” (CERTEAU, 1996, p.31).

Tolerâncias e intolerâncias religiosas no cotidiano familiar

A tolerância é um tema que reaparece na atualidade com um sentido diferente daquele visto no passado: o de “suportar”. Em sentido negativo, a tolerância servia para designar as atitudes permissivas por parte das autoridades diante de atitudes sociais tidas como impróprias

ou erradas.⁵ Hoje, a tolerância pode ser considerada uma virtude, algo positivo, no sentido de atribuir-lhe um valor ético tanto em relação ao respeito às diferenças, quanto a uma prática solidária para resolver problemas colocados por essas diferenças. Assim, pode surgir como a simples aceitação das diferenças entre aquele que tolera e o tolerado, ou como a disponibilidade do primeiro para integrar ou assimilar o segundo.⁶ Porém, não se trata aqui de fazer um estudo sobre a tolerância, mas mostrar como a tolerância, vista como um valor ético, contribui para uma convivência pacífica entre diferentes práticas religiosas, na medida em que o ato de tolerar implica o clima de estabelecimento de limites e de princípios a serem respeitados. Em contrapartida, a intolerância radicaliza as ações e impossibilita todo e qualquer tipo de abertura para com o outro.

Conscientes de que a intolerância – religiosa, racial ou étnica – não para de crescer no mundo, não podemos ignorar as diversas formas de intolerâncias presentes no cotidiano das relações familiares, seja através da violência física ou de atos silenciosos que negam a riqueza veiculada pela linguagem e a transforma em linguagem da intolerância. Eco (1997, p.17) chama atenção para raízes biológicas da intolerância, propondo a idéia da tolerância como um processo de aprendizagem que exige uma permanente educação dos adultos na luta contra a “intolerância selvagem”.

Ao discutir o caráter histórico da intolerância, Paul Ricoeur (1997, p.22) evidencia que o paradigma da vitória da tolerância sobre a intolerância é confirmado pelo surgimento do pluralismo. Isto é:

[...] por um lado, o movimento pendular que faz com que o respeito por todas as coisas vire uma apologia à diferença pela diferença e, finalmente, uma cultura da *indiferença*; por outro lado, leva ao surgimento de fenômenos de anomia, de marginalidade, até de criminalidade, aos quais a sociedade, desarmada por sua incredulidade generalizada, é incapaz de opor medidas eficazes e, sobretudo confiáveis.

Com isso, queremos reafirmar a idéia de que a diversidade religiosa na esfera familiar é, em princípio, objeto de negociações e conflitos. Aceitar as diversidades exige críticas e

⁵ Durante o século XVI, a palavra tolerância começou a ser empregada para significar a permissão, particularmente dada pelo governo, da prática de culto religioso. Portanto, não tratava das relações entre cristãos e não-cristãos, mas servia como valor político, fundador de uma ordem jurídica que estabelecia os limites da convicção civil entre católicos e protestantes; refletia, assim, não as preocupações, mas realidades sociais e políticas e tinha por objetivo o estabelecimento da *pax civilis* (CHRISTIN, *apud* BARRETO, 2003, p.21-45).

⁶ Michel Walzer (1999), analisando cinco “regimes de tolerância” – dos impérios multinacionais às sociedades de imigração –, mostra como o poder, a classe e o gênero interagem com a religião, raça e etnia nos diferentes regimes e discute como a tolerância funciona – ou deveria funcionar – em sociedades multiculturais como os Estados Unidos.

deslocamentos na maneira de entender a especificidade de cada credo. Aprender a ser um entre outros e respeitar as diferenças.

Não obstante a ênfase dada ao diálogo como forma de superação das intolerâncias, é oportuno lembrar que a ação de tolerar vem sempre acompanhada por reticências e, muitas vezes, revestida da noção de fraternidade ou generosidade. Contudo, admitimos a ideia de que:

[...] tolerar é, portanto, aceitar a idéia de que os homens não são definidos apenas como livres e iguais em direito, mas que todos os humanos sem exceção são definidos como homens (HÉRITIER, 1997, p.27).

As famílias a cuja situação de diálogo e tolerância nos reportamos são aquelas que privilegiam a conversa direta e sem subterfúgios, aproveitam os momentos de encontros familiares para colocarem suas aspirações e sentimentos religiosos. Vejamos os relatos de uma professora universitária aposentada, coordenadora da pastoral da criança e do adolescente, cuja vivência religiosa em família se apresenta bastante diversificada - o pai, espírita kardecista, o marido, que se tornou católico após oito anos de casamento, e os filhos convertidos ao protestantismo. Em seus depoimentos, atestamos a importância do diálogo como ponto de equilíbrio nas relações familiares:

Quando casei, meu marido não praticava nenhuma religião, hoje é católico praticante. Meus filhos fizeram primeira comunhão, crisma e estudaram em colégio de padres. Dei toda a formação católica, mas chega um tempo em que não se pode mais controlar os filhos. Então, eles fizeram opção para a Igreja Batista Regular. Confesso que no início a gente sente aquele impacto, mas... no fim das contas acaba aceitando. Meu pai, espírita kardecista, compreende e aceita muito bem, pois, para ele, numa cidade como Parnamirim, onde as igrejas protestantes sempre estiveram presentes, é natural que os seus netos seguissem uma religião que atendesse aos seus interesses. Quanto ao meu marido, este nunca se incomodou com a atitude dos filhos. Para ele é preferível ter uma religião do que estar por aí perdido. Respeitamos as diferenças religiosas. Hoje o mais velho é pastor, participa do grupo musical da Igreja, é muito querido por todos.

Como podemos observar, o relacionamento familiar entre católicos, evangélicos e espíritas dessa família inscreve-se dentro de um processo de adaptação e flexibilização das posições sociais conferidas pelos seus membros. Considerando as circunstâncias atuais, que favorecem os jovens com maior liberdade e autonomia em relação às suas escolhas, podemos dizer que as mudanças nas relações afetivas entre gerações são provenientes das mudanças sociais que afetam o ciclo da vida. Como fica evidente na fala de Salém (1980), “cada ciclo familiar exige ajustamento por parte de ambas as gerações, envolvendo, portanto, o grupo

como todo.” Nesse sentido, tanto o reconhecimento do avô de que a identidade religiosa de seus netos é parte do contexto em que estão inseridos, quanto a imparcialidade do pai diante das escolhas dos filhos apontam para as mudanças nas relações de parentesco, principalmente no que diz respeito à autoridade paternal. Essa, sendo por muito tempo sinônimo de poder e dominação, pode ser vista na atualidade através de outras formas de respeitabilidade que envolvem relações de direitos e deveres recíprocos.

Tendo por princípio os valores morais e éticos difundidos pelas religiões cristãs, constatamos uma tentativa de responder às diferenças religiosas pelo princípio da reciprocidade e do respeito mútuo, a partir das regras e do lugar que cada um ocupa na estrutura familiar, lugar esse que se organiza não apenas pelas posições sociais que lhes são atribuídas, como também pelo significado das representações religiosas norteadoras do universo simbólico em que os membros estão inseridos. Dentro desta percepção - regras de obediência e de respeito definem-se como direitos -, é possível demarcarem suas diferenças e reafirmarem suas identidades religiosas em um contexto familiar onde se busca equilíbrio e harmonia.

Não há dúvida de que a influência das idéias de Allan Kardec na formação religiosa do avô, com base nos princípios norteadores de caridade e amor ao próximo como busca de salvação, fornecem elementos de superação para as possíveis adversidades religiosas, contribuindo, de certa forma, para uma convivência pacífica na família. Sua trajetória, voltada para um tipo de educação em que os valores morais da caridade aparecem como princípio máximo de todas as religiões, permite que sua presença se assemelhe à figura de um mestre que, sendo “conhecedor das espiritualidades”, dá lição de moral e educação religiosa. Com Weber, lembramos que a caridade é um dos elementos essenciais das religiões moralizadas que surgem mediante uma sistematização ética responsável pela criação de um *habitus* religioso. Esse *habitus* religioso, socializado no interior de quase todas as religiões mundiais, adquire conotação positiva como doação da graça divina e exercício para o bem. Ou seja, as obras sociais de “amor ao próximo” “podem dar seus frutos mediante uma direção metódica racional de toda a vida e não em virtude de ações isoladas entre si”, onde o que importa é a transformação da pessoa para fins do seu autoaperfeiçoamento (WEBER, 1996, p.423).

Entretanto, observamos nesta mesma família que, apesar de priorizarem o diálogo, os discursos não conseguem mais explicar a heterogeneidade dos posicionamentos individuais e se modificam na medida em que as novas formas de identidades religiosas vão sendo

redefinidas. Durante as entrevistas, as tensões e conflitos foram gradativamente revelados em suas diferentes formas de manifestação, seja através de posturas autoritárias, intolerantes e dominadoras até as formas mais sutis de silêncio. Ao narrar alguns pontos de atritos estabelecidos entre diferentes formas de concepção da religião católica e protestante, a entrevistada lembra que,

Certo dia, ainda empolgados com a nova religião (evangélica), os meus filhos vieram discutir algumas passagens da Bíblia. Então logo peguei a minha Bíblia católica, pois para mim é a melhor que tem, e disse: vamos discutir em pé de igualdade e não como estivessem trazendo novidades! Afinal sempre líamos a Bíblia. [...] Conversamos sobre as diferentes formas de interpretar a Bíblia. A partir daí, eles se tocaram e passaram a respeitar mais as outras posições religiosas. Não se pode negar que as divergências sempre existem, por exemplo, o papel de Maria na religião católica, que difere da percepção dos evangélicos... Este ano, ajudei a organizar a cantata do Natal na igreja deles.

Não há dúvida de que a Bíblia utilizada pela entrevistada representa tanto a afirmação da autoridade da Bíblia Católica expressa na sua fala como “a melhor que tem”, quanto da autoridade que exerce enquanto mãe e alguém capaz de discutir as mensagens evangélicas. Situações que se distanciam - as versões sobre o papel de Nossa Senhora - e situações que se aproximam - a organização da cantata do Natal e as reflexões sobre textos bíblicos (a exemplo das Cartas de São Paulo) - evidenciam pontos diacríticos entre as religiões cristãs, como no caso em questão - católica e protestante - em que a existência de fronteiras e afinidades não se encontra propriamente no conteúdo, mas na forma como se pratica a religião. Do ponto de vista simmeliano, a separação entre “forma” e “conteúdo” é parte de uma mesma realidade e resultado da interação entre os mais diversos interesses. Sejam materiais ou simbólicos, conscientes ou inconscientes, permanentes ou temporários, os interesses são pontos que ligam os grupos humanos (SIMMEL, 1983).

Dentro dessa ótica, as análises de Bourdieu (1993) evidenciam como as forças da fusão e, em particular, as disposições éticas que levam a identificar os interesses particulares dos indivíduos aos interesses coletivos da família devem contar com as forças de fissuras, isto é, com interesses de diferentes membros do grupo propensos em aceitar a visão comum e capazes de impor o seu ponto de vista individual.

Nas sociedades contemporâneas em que se exacerba o individualismo, “a família” toma para si a função de consolidar o “eu” dos adultos e das crianças. O indivíduo precisa do olhar das pessoas que lhe atribuem importância e sentido. Conseqüentemente, a família muda para

produzir indivíduos autônomos e relacionados entre si (SINGLY, 1993). Dito de outra forma, a família constrói-se como um espaço privado onde a qualidade das relações entre seus membros alimenta o “espírito família”. Assim, os “novos” comportamentos religiosos, manifestados do ponto de vista das escolhas, traduzem a dinâmica familiar na qual os indivíduos, na condição de produtos e produtores, reinterpretam seus próprios valores. Nesse caso, podemos dizer que a relativa liberdade religiosa dos filhos em relação aos demais membros da família permite que esses se sintam mais próximos de seus pais e valorizem, cada vez mais, a unidade familiar.

É ainda no clima de conflitos e intolerâncias entre religiões cristãs que os relatos de uma jovem de formação religiosa católica, convertida inicialmente à Igreja Evangélica Bara e, atualmente, à Igreja Evangélica Congregacional, apontam para situações conflituosas entre o pai, que se denomina espírita, e a mãe católica praticante:

A partir do primeiro momento que me tornei evangélica, surge o problema em casa. Meu pai, que se diz espírita kardecista, mas... com um pé na umbanda, não aceitou de forma alguma e dizia: prefiro uma filha rapariga do que crente. A briga foi grande, pois, quando fui me batizar na Igreja Batista, ele disse: muda também o nome que lhe dei! Era um verdadeiro inferno na minha casa. Tentava explicar para ele que eu não ia mudar, mas... era tudo em vão. Com relação à mamãe, o problema foi diferente, ela que não frequentava a Igreja Católica, após a minha decisão, passou a frequentar assiduamente, como se fosse para me confrontar. Insiste que eu a leve para a missa, procissões e tudo mais. Compreendo sua atitude e muitas vezes a acompanho.

Mesmo conscientes de que os filhos cresceram e de que são responsáveis por suas escolhas e atitudes, os pais têm dificuldades em admitir a existência de outros projetos individuais que vão ao encontro dos valores socializados em família. Entretanto, observa-se que o apoio familiar surge não apenas como fonte de segurança, mas como um elemento de responsabilidade para com o outro. As situações conflituosas, visualizadas tanto em forma de violência - reação do pai, que agride com palavras -, quanto na atitude da mãe que, como forma de protesto, passa a frequentar assiduamente a Igreja Católica, desestabilizam as relações familiares, exigindo da parte da entrevistada tolerância para lidar com a nova situação. Sua compreensão, diante da atitude dos pais, é vista como uma estratégia que ajuda a flexibilizar as relações e a evitar possíveis rupturas familiares. Todavia, apesar dos potenciais conflitos, a entrevistada demonstra estar em uma situação bastante confortável, uma vez que os seus irmãos também fizeram opções pela igreja evangélica. No entanto, esse dado não deve obscurecer o fato de que, entre os evangélicos, existem diferenças de condutas

religiosas que dificultam o diálogo, caracterizando-se, com isso, uma situação de não diálogo. No decorrer da entrevista, a entrevistada foi enfática ao afirmar:

Somos quatro irmãos e hoje a maioria é crente. Agora, quando o assunto é religião, aí dá briga. Mesmo porque todos trazem a sua verdade. Entre nós evangélicos, existe muita divergência. A minha irmã, que é da Assembléia, não me vê como uma crente, no sentido mesmo da palavra. Ela é mais tradicional e não admite certos comportamentos, como a minha maneira de vestir, divertir e outras coisas mais. Eu critico o meu irmão, que é da Universal, pois para mim é uma igreja mercenária, prioriza a questão do dinheiro e acho isto um erro gravíssimo! Por isso, a gente procura não falar sobre religião e, portanto, acho difícil haver um diálogo interreligioso em qualquer situação, seja na família ou na sua comunidade religiosa.

Estudiosos do pentecostalismo têm demonstrado as mutações da doutrina pentecostal ao longo dos anos, principalmente em meados da década de 1970. Nessa época, o campo pentecostal latino-americano e, particularmente, o campo brasileiro, diversificam-se em uma infinidade de pentecostalismos e “neopentecostalismos” que diferem não apenas no comportamento ético-social, como também no campo doutrinário. Paradoxalmente, tais diferenças não só demarcam campos distintos, como também fortalecem o espírito de comunhão daqueles que seguem uma mesma vertente religiosa. Ainda que suas práticas e condutas sejam confrontadas, os evangélicos demonstram certo grau de satisfação quando os demais membros da família passam pelo processo de conversão.

A guerra espiritual, a teologia da prosperidade e a eliminação dos sinais de santidade, ainda que distantes do “pentecostalismo clássico”, não impedem que as igrejas pentecostais e “neopentecostais” se fortaleçam enquanto grupo de expressão e de confronto com as demais religiões. Ainda que as diferenças teológicas e doutrinárias marquem as divisões entre as igrejas protestantes, pentecostais e neopentecostais, a leitura da Bíblia ainda é o instrumento mais eficaz e regulador de comportamentos, principalmente entre os convertidos. Esses frequentemente utilizam as parábolas como um apoio para o processo de conversão do próximo.

Diversos trechos das entrevistas denunciam as incongruências que marcam as trajetórias dos nossos entrevistados no seu relacionamento familiar. Descontentamentos, intolerâncias, hostilidades e perseveranças fazem parte das trajetórias dos que convivem e dos que vivenciam processos de mudanças religiosas. É nesse contexto que a fala de um rapaz convertido à Igreja Batista Regular, há oito anos, atesta o incômodo familiar.

Apesar de ter tido formação católica, desde a adolescência não me sentia motivado para essa religião. Foi então que entrei na Igreja Batista, assisti um culto, me identifiquei com as palavras do pastor e tornei evangélico. No início todos me viam como diferente. Minha mãe procurava saber onde ela falhou, meu pai questionava os motivos que me levaram à conversão; meus irmãos, mais novos, pouco entendiam da situação, mas sentiam a mudança no convívio familiar. Hoje todos “aceitam”, porém sempre comentam sobre a minha decisão como se fosse um fato novo ou que deixou marcas na família.

Considerando que o discurso das religiões cristãs se pauta pela moralidade, observamos que, por detrás de uma fala aparentemente isenta de conflitos, há no meio familiar uma sociabilidade sustentada pelos laços de afetividade. Criar um ambiente familiar harmonioso, ou relacionar-se com imparcialidade, não só se constitui uma arma que oculta interesses como também faz parte do jogo social. Segundo Simmel:

a sociabilidade é o jogo no qual se “faz de conta” que são todos iguais e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular; e “fazer de conta” não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio da realidade (1983, p.173).

Freqüentemente observamos que as intolerâncias religiosas refletem não apenas os conflitos existenciais provenientes da estrutura psíquica, como também dos valores socializados em família. O indivíduo que se converte em outra confissão religiosa que não corresponda aos dos preceitos religiosos anteriores, confronta-se com as consequências de sua escolha. Instaura-se o conflito de ordem pessoal e familiar. Este é o caso de um rapaz de 22 anos, que veio de uma família de evangélicos e fez opção pelo candomblé:

O medo de ser a ovelha negra da família fez com que eu escondesse a minha religião por alguns anos. [...] Por alguns anos pertenci às duas religiões: assistia o culto e frequentava o terreiro. Hoje, encontrei o meu verdadeiro caminho. Assumi a minha religião, ainda que, para isso, foi preciso sair de casa. No início, meu pai não aceitava. Minha mãe, mais compreensiva, prefere não falar no assunto. Uma tia diz que estou possuído pelo demônio e que, cada vez mais, essa religião me levará à desgraça.

Apresentando-se como alguém que foge radicalmente das orientações religiosas prescritas em família, ele se torna alvo de ataques por parte de todos os familiares, criando situações de conflitos, e até rupturas, nas relações familiares. Esconder a nova religião foi um pretexto que encontrou para driblar a reação familiar, passando a viver uma situação ambígua. Com isso, teve que lidar com as consequências de sua escolha, enfrentando as represálias das

normas familiares. Ao fazer sua opção pelo candomblé, o entrevistado vive uma situação de conflito que o coloca, por um lado, numa situação marginal em relação ao grupo familiar, onde suas ações são constantemente filtradas pelo olhar daqueles que fazem parte do seu grupo; e, por outro lado, em uma situação de pertença a uma nova família espiritual. Em linguagem simmelina, podemos dizer que a sua identidade religiosa se desenvolve em função tanto da interação com o grupo que o rejeita (família), quanto do grupo do qual faz parte (família de santo). Para Simmel, as situações de conflitos geradas nas relações familiares por questões ideológicas podem ser violentas, pois as pessoas, ao debaterem seus ideais, acabam se sacrificando em prol desta luta.

Acreditamos que, se a conversão religiosa não destrói a interação familiar, ela provoca, no entanto, certo retraimento suscetível de acarretar redução na intensidade das relações afetivas, tendo em vista que as mudanças de comportamentos podem não somente engendrar agressividade, como também provocar um fechamento sobre si mesmo. Transcrevemos aqui, a título de ilustração, a fala de uma jovem de 25 anos, que diz estar vivendo um momento de tristeza e descrença em relação a qualquer tipo de religião:

Sempre fui muito amiga e companheira de minha mãe. Mas, depois que ela se tornou crente, o nosso relacionamento começou a ficar difícil. No início, compreendi sua decisão e até a acompanhava nos cultos, porém com o passar do tempo, ela foi ficando cada vez mais fanática e interferindo na minha vida. [...] Como toda mulher, sou vaidosa, gosto de pintar os cabelos, mudar de corte, pintar as unhas, usar roupas na moda, etc. Mas ela não aceita esse tipo de comportamento e aí... começa a discussão. Tento explicar nossas diferenças, mas acho que não vale a pena. O jeito é calar, não dá cabimento para esse tipo de coisa e continuar vivendo a minha vida. Diante de tantos fanatismos religiosos, eu procuro me afastar de todos, pois se a gente parar para pensar, acaba não acreditando em nada.

Ou ainda nas palavras de outro rapaz de 27 anos, católico praticante, que possui pais convertidos à Igreja Universal, irmãos na Igreja Adventista e Igreja Batista Congregacional:

O maior problema é conciliar as diferentes posições. Em relação aos meus irmãos, de certa forma, compreendo, pois o mais velho, que morou fora por alguns anos, sempre teve inclinação pela Adventista. Os que estão na Batista acredito que foram influenciados pelo momento, mas... minha mãe ter aceitado a Universal, para mim isso foi o fim. [...] No início foi muito difícil, principalmente por eu ser o único católico. Chegou um momento que ficou insuportável a nossa relação, principalmente com minha mãe, que resumia tudo com as

palavras do pastor. Aí então eu impus um limite e passamos um bom tempo sem nos falar. Com o tempo, tudo foi se acomodando e hoje temos um relacionamento, mas evitamos falar sobre religião.

Esses dois relatos evidenciam uma tensão nas relações afetivas provocada por uma atitude de intolerância religiosa, na qual as divergências surgem, inicialmente, como um dilema a ser enfrentado por todos. Visualiza-se uma turbulência familiar, na medida em que todos trazem para dentro de casa um discurso de autonomia que vai ao encontro da pluralidade de comportamentos. É um momento em que as diferenças se exacerbam e as fronteiras entre as religiões se tornam mais nítidas, podendo ocorrer rupturas ou uma acomodação nas relações familiares. Não há dúvidas de que os princípios morais e éticos, que norteiam as condutas individuais, constituem desafios a serem superados diante das mudanças sociais que afetam, consideravelmente, as relações de afetividade.

Conclusão

A partir das reflexões acima delineadas, é possível esboçar uma descrição sintética das tolerâncias e intolerâncias religiosas no cotidiano familiar. Se por um lado, deparamos com um campo religioso plural e competitivo que, cada vez mais, tem contribuído para criação de novas identidades religiosas e novos estilos de vida. Por outro, acredita-se que tais mudanças possuem efeitos colaterais sobre as histórias de famílias, no momento em que se percebe um crescente afrouxamento das tradições e dos rituais familiares que constituem a identidade do grupo, de maneira particular, aqueles que fazem e/ou faziam parte das tradições, tais como: bodas, batismo, festas religiosas, e que começam a perder sua normatividade.

Procuramos analisar as falas dos entrevistados com base em dois aspectos: o primeiro refere-se às interações familiares a partir de situações de diálogo e/ou tolerâncias, como também situações de intolerâncias; o segundo remete-se ao projeto espiritual compreendido como tipo ideal que alude a um perfil de identidade de família, expresso nas trajetórias dos indivíduos. O fato de a família ser um espaço privilegiado para o diálogo não significa a inexistência de conflitos nesta esfera. Os discursos sobre igualdade já não conseguem mais explicar a heterogeneidade dos comportamentos individuais, que constantemente se modificam, na medida em que as novas formas de identidades religiosas vão sendo redefinidas. Surge, com isso, a necessidade de construírem alternativas que atendam às diferentes situações.

Percebemos nas falas dos nossos entrevistados que a mudança de credo gera alterações no cotidiano familiar e representa, quase sempre, uma ruptura e/ou readaptação nas relações afetivas. Evidencia-se que a insegurança e o medo do desconhecido geram sentimentos hostis entre os membros da família, visto que a mudança representa uma ameaça a ordem familiar, ao estabelecido e, muitas vezes, ao acomodado. No dia a dia, os desafios são colocados para aqueles que romperam com a tradição religiosa familiar. Críticas, preconceitos e estereótipos em relação a demais crenças reacendem resistências, conflitos e intolerâncias entre os membros das famílias.

Durante a pesquisa, observou-se que algumas famílias pluriconfessionais podem ser analisadas a partir de comportamentos que consistem em ocultar ou evitar qualquer tipo de atrito, ou a partir de estruturas ideológicas por meio das quais criam um mundo particular, só delas, que ajuda a eximirem-se das verdadeiras obrigações impostas pela realidade social. Criam para si um mundo protetor e esforçam-se a todo custo para defendê-lo de qualquer ataque. Entretanto, sob esse manto de equilíbrio e harmonia, essa família pode, sob certas circunstâncias, desmoronar. Nessa perspectiva, distinguimos as famílias segundo dois critérios: aquelas cujo membro convertido induz os demais membros a seguirem a sua mesma trajetória, fortalecendo a solidariedade e, portanto, amortecendo os conflitos; e aquelas que conservam uma linha divisória entre as diferentes confissões religiosas. Contudo, essa distinção não é suficiente, visto que uma das principais características consiste justamente no fato de que todas veem a religião como princípio norteador de suas práticas, o que de certa forma difere de outros princípios não-religiosos.

Em algumas famílias, constatamos que apenas uma pessoa mudou de religião. Em outras, houve uma espécie de alteração. Em casos da figura central – pai ou a mãe – mudarem de religião, estes tendem a organizar as atividades familiares em função de suas próprias necessidades de tal maneira que, os demais membros - filhos e netos, genros e noras -, embora não aceitando as mudanças de vida, muitas vezes são condicionados a participar de ou aceitar tais atitudes, situação que pode gerar conflitos, no momento em que algum membro se contrapõe à imposição que lhe é requisitada.

Finalmente, podemos afirmar que o pluralismo religioso contemporâneo inaugura um novo tipo de relação família/religião, obrigando-nos a repensar a posição da família e das instituições religiosas, na medida em que “novas” e “velhas” identidades religiosas jogam com interesses pessoais e coletivos que interferem nas relações sociais e familiares. O desvendar das experiências religiosas recuperadas por meio dos relatos e trajetórias de vida

não só nos ajudou a compreender as emoções e as sensações dos indivíduos e das famílias, mas, sobretudo, ajudou-nos a compreender as idéias que se refletem sobre o desejo do absoluto e sua relação com a divindade. Portanto, é possível dizer que, ao adentrarmos na intimidade da esfera familiar, deparamo-nos com um passado que dá sentido às ações cotidianas presentes, cuja confluência nos fez lembrar as palavras do poeta Mario Quintana: “O passado não sabe o seu lugar, está sempre presente.” Em uma perspectiva sociológica, diríamos que o tempo passado pode ser recuperado com a finalidade de obter-se uma melhor compreensão do futuro, superando o presente. Ao reconstituirmos “velhas” e “novas” formas de religiosidade, configuradas pelo rompimento e continuidade das tradições religiosas, admitimos com Bourdieu (1980) que passado, presente e futuro se recortam e se interpenetram no *habitus* que, produzido pela interiorização das estruturas externas, responde às reações dos sujeitos diante das circunstâncias históricas com que se defrontam.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ATTIAS-DONFUT, Claudin ; SEGALIN, Martine. **Le nouvel esprit de famille**. Paris: Jacob, 2002.
- _____. Solidarités et entraides entre générations, In: **La famille en question**. Ed. Syrios, 1996.
- AUBRÉE, Marion. La vision de la femme dans l’Imaginaire pentecostiste. **Cahiers du Brésil contemporain**, Paris, n. 35/36, p.231-245,1998.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; SCOTT, Lash. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP Fundação, 1997. p.12-71.

BOURDIEU, Pierre. À propos de la famille comme catégorie réalisée. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 100. Paris: dezembro, 1993, p. 32-37.

BOURDIEU, Pierre. À propos de la famille comme catégorie réalisée. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 100, p.32-37, dez. 1993.

BRUSCHINI, Cristina. **Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo**. 1986. f. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, São Paulo, 1986.

COUTO, Márcia Thereza. **Pluralismo Religioso em Famílias Populares**: poder, gênero e reprodução. 2001. f. Tese (Doutorado) – UFPE, Recife, 2001.

ECO, Umberto. Definições Léxicas In. **A intolerância**: Foro Internacional sobre a Intolerância: Paris: 1997.

ELIAS, Noberto. **El proceso de la civilización**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993.

FIGUEIRA, Sérvulo. A modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. **Cultura da Psicanálise**, São Paulo, n., p.142-146, 1985.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p.67-110,1985.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paul: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 1, p.50-82, 1993.

LÖWY, Michael. **Redenção e utopia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HERVIEU-LÉGER, D. **Vers un nouveau christianisme?** Introduction à la sociologie du christianisme occidental. Paris: Le Cerf, 1986.

MARIZ, C. L. Igrejas pentecostais e estratégias de sobrevivência. **Religião e Cidadania**, Salvador, n., p., 1990.

RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO Ana Clara Torres. **Família e desafios na sociedade brasileira**: valores como um ângulo de análise. Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1987.

SALÉM, Tânia, **O velho e o novo**: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: **Globalização e Religião**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1977 a

_____. Pentecostalismo e cultura brasileira. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p.123-127, 1997.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MORAES, Evaristo de (Org.). **Georg Simmel**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1993.

SINGLY, François. **Sociologie de la famille contemporaine**. 2.ed. Paris : Éditions Nathan, 1993 a.

_____. **La famille**: l'état des savoirs. Paris: Éditions Nathan, Paris, 1993 b.

TARDUCCI, Monica. Fundamentalismo y relaciones de género: aires de familia mas alla de la diversidad. In: JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA, 8., 1988, São Paulo. **Mulher gênero e poder religioso**. São Paulo: Zahar, 1988. p.

WALTZER, Michel. **Da tolerância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WEBER, Max. **Ensayos sobre Sociologia de la Religión**. 2. ed. Madrid: Taurus, 1992.